

A sombra dos grupos armados sobre a democracia colombiana

ANNA LUIZA FAGUNDES E GIULIA MATOS

No dia 17 de janeiro de 2025, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, suspendeu as negociações com a guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN) após uma série de ataques perpetrados na região de Catatumbo, resultado de disputas com uma facção dissidente das extintas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) pelo controle de rotas de tráfico de cocaína. O ataque deixou pelo menos 80 mortos e 40 mil deslocados, levando Petro a afirmar que decretaria estado de emergência nacional (Associated Press, 2025).

A atuação de grupos armados como guerrilhas e paramilitares é uma realidade da Colômbia desde a metade do século passado. Desse modo, o Estado não possui controle sobre todas as áreas do país, e pelo menos um grupo armado está presente em 400 dos 1.100 municípios. O ELN, por sua vez, controla 232 municípios, comandando a produção e o tráfico de cocaína (Forero; Vyas, 2025). Atualmente, tais organizações são consideradas potentes forças desestabilizadoras da democracia, na medida em que perpetuam a violência, cometem crimes contra a humanidade e impedem o acesso da população aos seus direitos políticos, civis e sociais.

A democracia colombiana sempre foi marcada por limitações, com forte controle das elites políticas e repressão a opositores. Esse cenário foi agravado pela atuação de grupos armados e pelo uso do narcotráfico como fonte de financiamento da violência. A eleição de Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda do país (Pardo, 2022), refletiu a insatisfação com a política tradicional, incapaz de resolver o conflito persistente. Embora guerrilhas e paramilitares sejam ambos desestabilizadores, diferem em origem e objetivos: os paramilitares foram historicamente utilizados por latifundiários para conter reformas sociais propostas pelas guerrilhas (Justice for Colombia, [s.d.]). Ainda assim, a presença desses grupos fora do controle estatal permanece como um dos principais entraves à consolidação democrática na Colômbia, o que é demonstrado a partir de sua atuação histórica na política

do país e das frequentes dificuldades no processo de apaziguamento e na harmonização dos interesses em voga.

Origens históricas dos grupos armados e o longo conflito na Colômbia

A instabilidade política colombiana remonta ao século XIX, com a disputa entre conservadores, ligados a latifundiários e clérigos, e liberais, associados a comerciantes e industriais. Essa rivalidade culminou na Guerra dos Mil Dias (1899), marcada por confrontos entre guerrilhas liberais e governos conservadores (Alarcón, 2017, p. 16-17), cujo desfecho fortaleceu um modelo político excludente e repressivo, sustentado pelo uso sistemático da força. Esse modelo elitista perpetuou-se ao longo do século XX, intensificado pela criação da Frente Nacional — coalizão entre liberais e conservadores que institucionalizou a alternância de poder entre as oligarquias dominantes (Alarcón, 2017, p. 20). Nesse contexto de repressão e violência política, grupos marginalizados passaram a se organizar em formas de resistência armada, dando origem, em 1964, às FARC e ao ELN (Gallego, 2010, p. 221). Sob esse viés, tanto as FARC quanto o ELN são criados com uma forte motivação ideológica comunista, envolvidos em projetos de mudança social.

O fortalecimento das guerrilhas ao longo das décadas seguintes foi acompanhado por uma resposta igualmente violenta do Estado e das elites econômicas. Nos anos 1980, durante o governo de Belisario Betancur, consolidou-se o paramilitarismo como estratégia de combate à insurgência (Tawse-Smith, 2009, p. 277). Os grupos paramilitares, inicialmente organizados como forças de autodefesa, rapidamente se tornaram agentes centrais do conflito armado, empregando táticas de repressão, deslocamento forçado e extermínio de opositores políticos (Tawse-Smith, 2009, p. 278). Suas abordagens, guiadas pelo anticomunismo e pelos fundamentos ideológicos da doutrina da segurança nacional, tinham como objetivo a manutenção do estado atual.

O financiamento do conflito pelo narcotráfico, iniciado na década de 1980, por guerrilhas e paramilitares, intensificou

a violência e a disputa territorial (Tawse-Smith, 2009, p. 281). Paralelamente, os grupos armados passaram por um processo de fragmentação impulsionado por disputas internas, mudanças estratégicas e rivalidades pelo controle de territórios e rotas do tráfico. A multiplicação desses atores foi agravada pela fragilidade do Estado colombiano, cuja presença limitada em regiões historicamente dominadas por insurgentes comprometeu a contenção da escalada do conflito. Nesse cenário, a crescente fragmentação dos grupos armados e a incapacidade estatal de estabelecer controle efetivo criaram um cenário de extrema instabilidade, evidenciando a urgência de uma solução negociada para a paz.

As origens e a trajetória histórica dos grupos armados na Colômbia evidenciam o papel central que exerceram como forças políticas e econômicas, capazes de influenciar e moldar as estruturas do regime nacional. As guerrilhas surgem, sobretudo, como forma de contestação ao modelo oligárquico e excludente, frequentemente apresentado sob a aparência de um sistema democrático. Em resposta, os grupos paramilitares foram criados como movimentos reacionários, defensores das elites locais e do status quo. Essa dinâmica revela o grau de interferência estatal acumulado por esses atores ao longo do tempo. De um lado, as guerrilhas buscavam instaurar um Estado marxista-leninista; de outro, os paramilitares atuavam para manter amplas parcelas da população subordinadas a uma ordem social desigual e autoritária. Em consequência, ambos os grupos contribuíram para distanciar o país de um projeto democrático efetivo.

O fracasso das negociações de paz

Desde a década de 1980, inúmeras tentativas foram feitas para estabelecer o diálogo e conduzir negociações com os grupos armados, processos não lineares, intensificados de acordo com o direcionamento dado pelo governo. Não obstante, a Colômbia segue marcada pela presença e ação de múltiplos grupos armados ilegais. O primeiro esforço para formular um acordo de paz ocorreu entre o Estado colombiano e as FARC em 1984 (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019), a partir desse primeiro impulso, outras iniciativas de desmobilização das forças armamentistas foram levadas adiante (Alarcón, 2018, p.

26). Todavia, não houve o estabelecimento efetivo de paz, em decorrência da continuidade da violência política e da falta de comprometimento do Estado na implementação dos termos acordados.

Nesse ínterim, em 2016, foi firmado Acordo de Paz, resultado das Conversações de Paz de Havana, iniciadas em 2012, sob o governo de Juan Manuel Santos. No entanto, ainda que tenha representado um marco internacionalmente celebrado, o cenário doméstico evidenciou a complexidade de sua implementação, marcada pela oposição de parte da população e das elites políticas às diretrizes acordadas, bem como pelas dificuldades na execução das transformações sociais exigidas (Nogara; Pautasso, 2020, p. 127). Como resultado, as guerrilhas voltaram a se armar, principalmente com dissidências das FARC, como as FARC-EP, e com guerrilheiros aderindo a outros grupos, como o ELN, o Exército Popular de Libertação (EPL) e organizações ligadas ao tráfico ilegal de drogas. Diante desse cenário, as negociações com grupos insurgentes se tornaram ainda mais complexas, sobretudo pela atuação de forças paramilitares que disputam territórios e poder político, impondo novas barreiras ao alcance de uma paz duradoura.

A priori, uma das principais dificuldades na condução das negociações de paz na Colômbia reside na própria diversidade e fragmentação dos atores armados ilegais. Cada um desses grupos possui dinâmicas, objetivos e graus de coesão distintos. O ELN demonstra consistentemente seu desprezo pela democracia representativa e sua resistência em se transformar em um partido político, ao contrário das FARC (Leongómez, 2023). Diante desse cenário, suas aspirações permanecem pouco definidas, gerando profunda incerteza quanto à possibilidade de instaurar uma paz duradoura no país. Ademais, a incorporação das FARC como partido político na Colômbia, deixou um vácuo, progressivamente preenchido por gangues armadas que dominam as regiões por meio da violência, disputando o controle do tráfico de cocaína, sobretudo em áreas onde a presença governamental é escassa ou inexistente (Forero; Vyas, 2025).

Outrossim, a atuação desses diferentes grupos armados, com agendas variadas e, por vezes, conflitantes, impõe entraves significativos ao processo de pacificação. A fragmentação interna, aliada à ausência de uma liderança centralizada em muitas dessas organizações, dificulta a construção de consensos e a viabilização de acordos duradouros. Deste modo, as negociações tornam-se ainda

mais frágeis diante da instrumentalização do processo de paz por parte de alguns desses grupos, que se aproveitam dos momentos de trégua e diálogo para expandir suas atividades ilícitas, fortalecer seus recursos militares e ampliar sua influência territorial (AFP, 2025). Essa prática estratégica compromete a credibilidade das conversações e mina a confiança entre as partes envolvidas.

Além disso, mesmo durante os períodos de cessar-fogo, a violência continua a assolar as regiões periféricas do país, especialmente aquelas historicamente negligenciadas pelo Estado. Líderes sociais, defensores de direitos humanos e comunidades camponesas, indígenas e afro-colombianas permanecem sob constante ameaça, sendo alvos de assassinatos e intimidações. O número alarmante de homicídios de lideranças sociais evidencia a incapacidade do Estado colombiano de garantir a segurança de sua população e de afirmar sua presença institucional em territórios historicamente dominados por forças armadas ilegais (Díaz, 2025).

Essa realidade revela uma das maiores fragilidades do processo de paz colombiano: a ausência de um projeto estatal robusto e articulado para o pós-acordo. A tentativa de desmobilização de guerrilha não foi acompanhada de ações eficazes de reintegração social ou desenvolvimento econômico nas regiões mais afetadas pelo conflito (Díaz, 2025). Sem essas garantias, os vazios de poder deixados pela saída das FARC foram rapidamente ocupados por outras facções criminosas e grupos paramilitares, perpetuando o ciclo de violência e marginalização.

Por fim, o processo de paz na Colômbia sofre com a recorrente desconfiança entre os atores envolvidos. O histórico de descumprimento de acordos, tanto por parte do governo quanto das organizações armadas, alimenta o ceticismo e dificulta a construção de compromissos sólidos. Casos como a suspensão das negociações com o ELN, após acusações de que o governo teria negociado com uma facção rival sem o aval da cúpula guerrilheira, ilustram os limites institucionais e políticos que cercam os esforços pela pacificação (AFP, 2025).

Finalmente, a história demonstrou que o enfrentamento de guerrilhas e grupos paramilitares por meios exclusivamente militares não foi eficaz, especialmente considerando a infiltração paramilitar nas Forças Armadas (Justice for Colombia, [s.d.]). As negociações, por sua vez, tampouco podem ser consideradas um sucesso, visto que surgiram dissidências e a violência continuou disseminada. Nesse

contexto, quais são as alternativas de Gustavo Petro diante de tal conjuntura?

Cenário atual e relações com as facções

Gustavo Petro foi eleito por representar uma centelha de esperança para a população colombiana, exausta de conviver diariamente com as incertezas e inseguranças advindas de um cenário de extrema pobreza e violência. Durante sua campanha, o atual presidente apresentou como principal objetivo o estabelecimento de um plano de “paz total”, no qual o governo se reuniria com os grupos armados para definir os principais pontos de negociação (Santaaulalia, 2023).

Como tanto a guerrilha quanto os paramilitares realizam atividades semelhantes, especialmente ligadas ao narcotráfico, o governo colombiano precisa constantemente avaliar quais ações tomar diante da complexa rede de facções que dominam o território nacional. Essa situação tornou-se ainda mais evidente com o agravamento do conflito com o ELN, impulsionado pela realização de negociações paralelas entre o governo e a Frente Comunereros del Sur, uma facção dissidente do comando nacional do ELN (Torrado, 2025). Outro grupo criminoso de grande influência na Colômbia é o Clã do Golfo, de origem paramilitar e vinculado ao tráfico de migrantes na fronteira com o Panamá. Após a calamidade em Catatumbo, a administração pública anunciou o início das negociações com tal agrupamento ilegal (Monroy, 2025), em uma tentativa de evitar o fracasso da principal promessa de campanha de Petro, diante do arrefecimento dos conflitos.

Em suma, o chefe de Estado adota abordagens distintas conforme o status dos grupos, ou seja, aqueles com vinculação política são encaminhados a negociações, enquanto os ilegais são submetidos à justiça (Monroy, 2025). No entanto, surge um dilema: como sentar na mesa de negociações com um grupo como o ELN, que possui reconhecimento político, mas também comete ataques brutais contra milhares de civis e realiza atividades ilegais para sua manutenção?

A situação é extremamente complexa e afeta a popularidade

do presidente, que não consegue garantir pleno acesso dos direitos aos seus cidadãos. Nas regiões dominadas pelos grupos mencionados, a atuação do Estado é frágil e insuficiente para assegurar as necessidades básicas da população, resultando em uma participação política quase inexistente. Além disso, os direitos civis, incluindo diversas formas de liberdade, não podem ser plenamente exercidos, uma vez que esses territórios permanecem sob o controle de forças armadas ilegais, distantes de qualquer concepção de bem-estar social e direitos fundamentais. Portanto, é evidente o impacto dessas organizações no enfraquecimento democrático, pois impedem a concretização dos princípios basilares da democracia e deslegitimam um presidente eleito que busca resolver os conflitos por meios pacíficos. Esse cenário abre espaço para a ascensão de líderes autoritários que prometem soluções simplificadas e pouco democráticas para a crise.

Considerações finais

O grande desafio para o governo colombiano reside na construção de uma paz sustentável que vá além da simples desmobilização dos grupos armados. A Colômbia, como um país marcado pela repressão violenta em meio a uma guerra conduzida pelas elites, mas protagonizada pelo povo (Alarcón, 2017, p. 17) carece de um esforço coordenado para a inclusão social, o fortalecimento das suas instituições democráticas e o combate à desigualdade estrutural. Tais fatores são historicamente responsáveis por conduzir o conflito.

Destarte, a descontinuação e ineficiência da implementação dos acordos de paz, aliados ao agravamento da violência no país, perpetuam a desconfiança na capacidade do Estado de garantir justiça. Sem um compromisso real de todas as partes envolvidas e uma abordagem mais ampla para lidar com as causas profundas da violência, a Colômbia continuará refém de ciclos de conflito que minam sua democracia e estabilidade social.

Diante desse panorama, a resposta de Petro ao avanço dos grupos armados será determinante não apenas para o sucesso de sua administração, mas também para o futuro da paz na nação colombiana. Caso não haja mudanças estruturais significativas e um compromisso efetivo com o cumprimento dos acordos firmados, o país poderá ver a repetição de erros do passado e o agravamento da crise

de segurança, consolidando a influência desses grupos e prolongando a instabilidade interna. Assim, a Colômbia permanece em uma encruzilhada entre a continuidade da violência e a possibilidade de uma transformação doméstica profunda.

Referências

ALARCÓN, P. DE J. L. Colômbia: das razões para a guerra às razões para a paz. O modelo histórico de democracia restringida como causa do conflito armado e as possibilidades de sua superação no marco dos acordos de paz. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 63, n. 1, p. 9, 17 maio 2018.

ARIZA, H. Los halcones del ELN matan la paloma de la paz y cruzan la frontera hacia la guerra total. **El País**, [s.l.], 25 jan. 2025. América Colombia. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-01-25/los-halcones-del-eln-matan-la-paloma-de-la-paz-y-cruzan-la-frontera-hacia-la-guerra-total.html>. Acesso em: 8 fev. 2025.

AFP. Colômbia declara “estado de comoção interna” por onda de violência. **Correio do Povo**, [s.l.], 20 jan. 2025. Mundo. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/col%C3%B4mbia-declara-estado-de-como%C3%A7%C3%A3o-interna-por-onda-de-viol%C3%A2ncia-1.1572187>. Acesso em: 14 abr. 2025.

AFP. Petro suspende negociações com ELN após maior ataque durante seu governo. Uol, [s.l.], 17 jan. 2025. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/17/colombia-suspende-negociacoes-com-eln-apos-dia-de-violencia-que-deixou-mais-de-30-mortos.htm>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BELTRÁN, C. A. La implementación del Acuerdo de paz en Colombia: entre la “paz territorial” y la disputa por el territorio. Problemas del Desarrollo. **Revista Latinoamericana de Economía**, v. 51, n. 200, 30 out. 2019.

COLOMBIAN Armed Conflict. **Justice for Colombia**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://justiceforcolombia.org/about-colombia/colombian-armed-conflict/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

COLOMBIA offers \$700,000 reward for information on ELN rebel leaders. **Associated Press**, Bogotá, 25 jan. 2025. World News. Disponível em: <https://apnews.com/article/colombia-petro-coca-eln-farc-trafficking-catatumbo-acaab8472dede0cd5ea40318ec2dc644>. Acesso em: 8 fev. 2025.

COLOMBIA reactivates arrest orders for top rebels blamed for deadly violence in cocaine turf war. **Associated Press**, [s.l.], 22 jan. 2025. World News. Disponível em: <https://apnews.com/article/colombia-rebels-cocaine-war-national-liberation-army-5d938cb6bf41884bb8f528ee8d69b964>. Acesso em: 8 fev. 2025.

Referências

DÍAZ, D. En 2024, un líder social fue asesinado cada dos días en Colombia. **El País**, [s.l.], 10 abr. 2025. América Colombiana. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-04-10/en-2024-un-lider-social-fue-asesinado-cada-dos-dias-en-colombia.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FORERO, J.; VYAS, K. Cocaine-Funded Gangs Shake Colombia Years After Peace Pact. **The Wall Street Journal**, Bogotá, 27 jan. 2025. Americas. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/americas/cocaine-funded-gangs-shake-colombia-years-after-peace-pact-a45a28da>. Acesso em: 8 fev. 2025.

GALLEGO, C. M. Farc-Ep y Eln una historia política comparada (1958- 2006) / Farc-Ep y Eln A comparative political history (1958-2006). **Repositorio Universidad Nacional**, 1 jan. 2010.

LEONGÓMEZ, E. P. De las armas a la política. ¿Y el ELN? **Periódico UNAL**, Bogotá, 08 mar. 2023. Política y Sociedad. Disponível em: <https://periodico.unal.edu.co/articulos/de-las-armas-a-la-politica-y-el-eln>. Acesso em: 8 fev. 2025.

NEIRA, M. A. **Paradoxos na construção da democracia colombiana**. Fundação FHC. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/files/livros/Sociedade%20Civil%20e%20Democracia%20-%20Mauricio%20Archila.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2025.

NOGARA, T. S.; PAUTASSO, D. O impasse na Colômbia e o dilema das FARC-EP: do acordo de paz à retomada da guerrilha (2016-2019). **Revista De Estudos Internacionais**, v. 11, n. 2, p. 119-135, 11 jul. 2020.

MONROY, J. R. Será a última cartada do Clã do Golfo Petro para salvar sua paz total? Essa é a aposta. **El Espectador**, [s.l.], 09 fev. 2025. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/paz-total-petro-y-clan-del-golfo-lo-que-esta-en-juego-tras-apuesta-del-gobierno-en-dialogo/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PARDO, D. Quem é Gustavo Petro, o 1º presidente de esquerda eleito na Colômbia. **BBC News Brasil**, [s.l.], 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61871719>. Acesso em: 8 fev. 2025.

PAZ, neoliberalismo e mudanças políticas na Colômbia. **Tricontinental**, 2019. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/paz-neoliberalismo-e-mudancas-politicas-na-colombia/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

Referências

SANTAEULALIA, I. D. Plano de Petro de negociar paz com grupos armados não decola, e violência aumenta na Colômbia. **O Globo**, Bogotá, 05 jul. 2023. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/petro-o-presidente-da-paz-cuja-guerra-saiu-do-controle.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SASSE, E. R. Colômbia: da "paz total" à "guerra" em Catatumbo. **DW**, [s.l.], 22 jan. 2025. Política; Colômbia. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/col%C3%B4mbia-da-paz-total-%C3%A0-guerra-em-catatumbo/a-71375142>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SILVA RAMOS E SILVA, A. C. **A Frente Nacional e os limites à democracia na Colômbia (1958-1974)**. Tese de mestrado - Universidade Federal de Goiás: [s.n.].

TAWSE-SMITH, D. Conflicto armado colombiano. **DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals)**, v. 19, n. 19, 1 mar. 2010.

TORRADO, S. Proceso de paz con el ELN: fin del cese al fuego, secuestro y suspensión de los diálogos con el Gobierno Petro. **El País**, Bogotá, 6 fev. 2025. América Colombia. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2025-02-06/proceso-de-paz-con-el-eln-fin-del-cese-al-fuego-secuestro-y-suspension-de-los-dialogos-con-el-gobierno-petro-clone.html>. Acesso em: 8 fev. 2025.

VYAS, K. Surging Drug Violence in Colombia Dooms President's 'Total Peace' Plan. **The Wall Street Journal**, Bogotá, 22 jan. 2025. Americas. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/americas/surging-drug-violence-in-colombia-dooms-presidents-total-peace-plan-590530b1>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ZÁRATE, S. B. ESPECIAL: Acuerdo de Paz en Colombia tiene logros y desafíos a ocho años de implementación. **XinhuaNet**, Bogotá, 24 nov. 2024. Disponível em: <https://spanish.news.cn/20241125/c2a80bb130c84a48ae4aa2824682eee0/c.html>. Acesso em: 8 fev. 2025.